

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense

**Processo Seletivo Simplificado
Edital 003/2025**



**Assistente Técnico Adm II –
Recursos Humanos**

TARDE

PROVA TIPO 1 – BRANCA





FUNÇÃO: ASSISTENTE TÉCNICO ADM II – RECURSOS HUMANOS

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Por que se apavora o falante apavorado?

Escrevendo profissionalmente sobre a língua portuguesa brasileira já faz um quarto de século, esbarrei muitas vezes com a figura do falante apavorado.

O falante apavorado trata a língua como se ela fosse uma cristaleira cara que, herdada dos avós, decora o salão onde seus filhos jogam futebol. Vive em sobressalto, o coitado, à espera do chute forte que vai estilhaçar seu tesouro.

Um elitismo confuso, misturado a bastante ignorância linguística, pode até levá-lo a mover uma acusação de lusocídio contra quem escreve brasilidades como “Se oriente, rapaz” ou “Tinha uma pedra no meio do caminho”.

Imagino que sejam uma minoria pequena, mas não sei. O fato é que de vez em quando um deles me acusa de ser um vândalo que ensina a fuzilar a concordância e a escrever gato com jota.

Embora a acusação seja vazia, não vou negar que magoa um pouco. Logo eu, pô, que desde pequeno arrasto uma asa bandeirosa pela tal de língua portuguesa.

Eu que decorei poemas ribombantes para recitar na escola, bestificado com a sinfonia das palavras, e nunca mais os esqueci – embora tenha renegado aquilo um milhão de vezes pela vida.

Sempre que trato da atualização normativa do português brasileiro, tarefa cívica para a qual nossa linguística está madura, vem um falante apavorado me chamar de destruidor do idioma.

Você aponta alguma aresta que pode ser aparada na relação entre uma norma culta idealizada e a norma culta praticada de fato no país. Sugestão, pensando bem, bastante modesta.

Um exemplo da semana passada: minha crítica à regra brasileira de separar, por escrito, preposição e artigo em frases como “a hora de a onça beber água” ou “o fato de a noite ser fria”.

A regra é besta, mas merece mais algumas palavras. Mesmo relativizada por nossos melhores gramáticos tradicionais, perdura nos meios editoriais, jurídicos, acadêmicos e jornalísticos do país.

Não é que seja especialmente idiota – embora seja um pouco – escrever “de o” em vez de contraí-lo em “do”, como fazemos todos os lusófonos ao falar. Idiota mesmo é afirmar que só pode ser assim.

Ah, mas não tem como ser diferente, se apavora ainda mais o falante apavorado. Diz ele que o fato da (opa) onça ser sujeito de uma nova oração impede a contração. Por quê? Não faz sentido. A onça não deixa de sentir sede porque alguém juntou duas palavras.

Os portugueses não perdem tempo com isso. Eu sei, nós não ligamos para o que os portugueses pensam da nossa língua. Só que neste caso eles têm razão.

Num idioma saudável, pruridos pedantes como esse não são base legítima para um divórcio tão desastroso e desnecessário entre forma e expressão.

O conservadorismo do falante apavorado é mais político do que linguístico. É preciso haver marcas, selos, carimbos para separar os falantes do alto e os falantes do baixo português. Nada melhor para isso do que certas pegadinhas, confere?

Passou da hora da gente se livrar de entulhos como esse, tornando nosso português escrito menos hostil aos milhões de brasileiros que lutam para dominá-lo nos bancos escolares.

(Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/>. Acesso em: junho de 2025.)

Questão 01

Observe o trecho: **“Nada melhor para isso do que certas pegadinhas, confere?”** (15º§). Em termos gerais, **“pegadinha”** é um artifício para enganar ou induzir alguém ao erro. Segundo o texto, considerando essa definição e as finalidades de **“certas pegadinhas”**, assinale a alternativa cujo enunciado obedece a uma regra gramatical considerada **“pegadinha”** pelo autor.

- A) “[...] ‘Se oriente, rapaz’ [...]” (3º§)
- B) “[...] ‘o fato de a noite ser fria.’” (9º§)
- C) “Só que neste caso eles têm razão.” (13º§)
- D) “ ‘Tinha uma pedra no meio do caminho.’” (3º§)



Questão 02

Tendo em vista sua composição, estrutura e finalidade comunicativa, o texto lido é predominantemente:

- A) Injuntivo, por orientar a adoção de procedimentos específicos.
- B) Narrativo, por relatar fatos num determinado tempo e espaço.
- C) Expositivo, por detalhar as características da temática discutida.
- D) Argumentativo, por induzir o leitor a aderir a um ponto de vista.

Questão 03

O texto propõe uma reflexão baseada no impasse entre:

- A) Registro formal e registro coloquial brasileiros.
- B) Norma culta brasileira e norma culta portuguesa.
- C) Norma culta clássica e norma culta real brasileiras.
- D) Modalidade escrita e modalidade falada brasileiras.

Questão 04

De acordo com o texto, o “falante apavorado” é aquele que:

- A) Rechaça a inovação prescritiva do português brasileiro.
- B) Ignora a existência da norma culta e da norma popular.
- C) Sugere a simplificação das regras gramaticais brasileiras.
- D) Institui as regras do baixo e do alto português brasileiro.

Questão 05

Segundo o próprio autor, ele é chamado de “destruidor do idioma” (7º§) porque:

- A) Deseja incorporar ao idioma as normas da linguagem jornalística.
- B) Desqualifica as regras de linguagem propostas pelos portugueses.
- C) Defende a flexibilização de algumas regras da tradição gramatical.
- D) Discorda de renomados gramáticos sobre as mudanças linguísticas.

Questão 06

No 5º§, ao afirmar que arrastava “[...] uma asa bandeirosa pela tal de língua portuguesa.”, o autor pretendeu dizer que estava:

- A) Relativamente interessado nela.
- B) Discretamente interessado nela.
- C) Verdadeiramente interessado nela.
- D) Escandalosamente interessado nela.

Questão 07

Nesta passagem “O falante apavorado trata a língua como se ela fosse uma cristaleira cara que, herdada dos avós, decora o salão onde seus filhos jogam futebol.” (2º§), a ideia do preciosismo atribuído à língua foi construída por meio da figura de linguagem conhecida por:

- A) Metonímia.
- B) Eufemismo.
- C) Comparação.
- D) Prosopopeia.

Questão 08

Conforme o contexto em que foram empregadas, as palavras destacadas a seguir apresentam a mesma classificação morfológica, EXCETO uma; assinale-a.

- A) “Diz ele que o fato da opa onça ser [...]” (12º§)
- B) “Ah, mas não tem como ser diferente, [...]” (12º§)
- C) “Logo eu, pô, que desde pequeno arrasto [...]” (5º§)
- D) “[...] uma asa bandeirosa pela tal de língua [...]” (5º§)



Questão 09

O conector “*Só que*”, no 13º§, foi utilizado com a função de:

- A) Introduzir uma hipótese do enunciador.
- B) Retomar as explicações já mencionadas.
- C) Indicar uma causa e seu efeito imediato.
- D) Estabelecer oposição com a ideia anterior.

Questão 10

A silepse é um tipo de concordância que não se estabelece com a forma das palavras, mas sim com a ideia que se pretende veicular ou com termos implícitos no enunciado. Por isso, também é conhecida como concordância ideológica. Nesse sentido, assinale a alternativa a seguir relacionada em que há um caso de silepse.

- A) “[...] como fazemos todos os lusófonos ao falar.” (11º§)
- B) “Eu que decorei poemas ribombantes para recitar [...]” (6º§)
- C) “[...] nós não ligamos para o que os portugueses pensam [...]” (13º§)
- D) “[...] esbarrei muitas vezes com a figura do falante apavorado.” (1º§)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Questão 11

Em um computador, cada componente possui uma função específica. No entanto, há uma peça fundamental considerada o “cérebro” do computador, pois coordena praticamente todas as atividades realizadas pela máquina. Qual dos componentes a seguir é considerado o “cérebro” do computador?

- A) Placa-mãe.
- B) HD (*Hard Disk*).
- C) Memória RAM.
- D) Processador (CPU).

Questão 12

Ana trabalha na Secretaria de Saúde e precisa encontrar um relatório sobre o controle de vacinas que foi salvo na semana anterior. Ela se recorda que salvou o arquivo dentro de uma pasta chamada “Campanha 2025”, mas não sabe ao certo onde a pasta está no computador. Para procurar o arquivo, ela decide abrir o programa do *Windows* que permite visualizar as pastas, documentos e imagens salvos no sistema. Qual é o nome do programa do *Windows* que Ana deve usar para procurar a pasta “Campanha 2025” e localizar o arquivo?

- A) Painel de Controle.
- B) Localizar e Substituir.
- C) Explorador de Arquivos.
- D) Gerenciador de Tarefas.

Questão 13

No *Microsoft Word* (Configuração Padrão – Idioma Português-Brasil), é possível ajustar as margens do documento e configurar a orientação da página (retrato ou paisagem) na guia:

- A) Inserir.
- B) Revisão.
- C) Exibição.
- D) *Layout* da Página.

Questão 14

O que é o IP em uma rede de computador?

- A) Um protocolo de navegação *Web*.
- B) Um componente físico da placa de rede.
- C) Uma rede local que interliga computadores.
- D) Um número que identifica um dispositivo em uma rede.



Questão 15

João trabalha na Secretaria de Finanças e criou a seguinte planilha para verificar os gastos com materiais de escritório; analise-a.

	A	B
1	Produto	Total (R\$)
2	Papel A4	R\$ 250,00
3	Canetas	R\$ 70,00
4	Grampeador	R\$ 90,00
5	Pastas	R\$ 40,00
6	Marcadores	R\$ 65,00

Assinale a fórmula utilizada para descobrir qual produto possui o menor valor.

- A) =MENOR(B2:B6)
- B) =MÍNIMO(B2:B6)
- C) =MENORVAL(B2:B6)
- D) =MENORVALOR(B2:B6)

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

Questão 16

Durante uma reunião administrativa, o servidor responsável pelo apoio técnico às deliberações do CISBAF foi questionado sobre as regras básicas do funcionamento do Conselho de Municípios. Para responder com segurança, ele recorreu ao Estatuto do Consórcio e esclareceu pontos como a composição do Conselho, as regras para convocação de Assembleias e a possibilidade de reeleição do presidente. Considerando o Estatuto do CISBAF, assinale a afirmativa correta.

- A) O prefeito eleito como presidente do CISBAF pode exercer o cargo apenas uma vez, sem possibilidade de reeleição.
- B) O Conselho de Municípios é formado pelos secretários de saúde dos municípios consorciados e se reúne uma vez por ano.
- C) A presidência do CISBAF é ocupada por um técnico da saúde indicado pelo Governo do Estado para um mandato de três anos.
- D) A Assembleia Geral Extraordinária pode ser convocada pelo presidente do Conselho de Municípios ou por um terço de seus membros.

Questão 17

O município X, consorciado no CISBAF, manifestou interesse em deixar o consórcio. Para que essa saída ocorra de forma legal, conforme disposto no Decreto nº 6.017/2007, é correto afirmar que:

- A) A saída do município X só precisa ser aprovada pelo prefeito do próprio município interessado.
- B) A alteração ou extinção do contrato de consórcio pode ser decidida unilateralmente por qualquer ente consorciado.
- C) A saída do município X depende de aprovação em Assembleia Geral e ratificação por lei de todos os entes consorciados.
- D) O município X pode sair do consórcio a qualquer momento, mediante comunicação simples ao presidente do consórcio.

Questão 18

Durante a organização de um mutirão regional de vacinação, a equipe técnica do CISBAF precisou analisar quais ações o consórcio público poderia legalmente executar para ajudar os municípios participantes a cumprirem suas metas de saúde. Para isso, consideraram as disposições da Lei nº 11.107/2005, que regula os consórcios públicos. Tendo em vista essa normativa, é correto afirmar que o consórcio público:

- A) Só pode atuar dentro de um único município.
- B) Não pode receber dinheiro de outros órgãos do Governo.
- C) É sempre proibido de fazer convênios com outras entidades.
- D) Pode ser contratado pelos municípios que o formam, sem precisar de licitação, nos limites da lei.



Questão 19

Considerando a ratificação do Protocolo de Intenções pelos municípios consorciados, o CISBAF tem sua natureza jurídica definida para organizar a gestão regional da saúde. De acordo com o exposto, o CISBAF trata-se de uma:

- A) Organização informal sem personalidade jurídica própria.
- B) Entidade privada sem vínculo com os municípios que o compõem.
- C) Empresa pública administrada exclusivamente pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro.
- D) Associação pública com personalidade jurídica de direito público, constituída pelos municípios da Baixada Fluminense.

Questão 20

Durante uma reunião com os Prefeitos da Baixada Fluminense, discutiu-se quais são as principais funções do CISBAF. Com base no art. 9º do Estatuto do CISBAF, trata-se de objetivo do consórcio:

- A) Administrar exclusivamente hospitais estaduais na Baixada Fluminense.
- B) Atuar somente na área de saneamento básico, sem envolver ações de saúde.
- C) Atuar na educação municipal, planejando políticas escolares para os entes consorciados.
- D) Organizar o sistema regional de saúde e promover a integração dos serviços e investimentos para a implantação plena do Sistema Único de Saúde (SUS) na região.

CONHECIMENTOS DA FUNÇÃO

Questão 21

A Administração Pública pode ser estudada sob o aspecto estrutural ou funcional, conforme se pretende analisá-la quanto à sua feição orgânica ou quanto às atividades por ela desenvolvidas. A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. Subjetivamente, a Administração Pública pode ser vista como um conjunto de órgãos a serviço do Estado.
- II. Objetivamente, a Administração Pública é a expressão do Estado agindo *in concreto* para a satisfação de seus fins de conservação, bem-estar individual e coletivo dos cidadãos e do progresso social.
- III. Ao se fazer distinção para os vocábulos “Administração Pública”, o sentido material ou objetivo coincide com a função administrativa e alcança todo ato de atividade administrativa, qualquer que seja o poder do Estado a exercê-lo.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 22

Entende-se por momentos da Administração Pública os diferentes modelos que caracterizam a evolução da atuação do Estado na gestão de assuntos públicos. No caso brasileiro, esses momentos podem ser melhor compreendidos pela análise das três principais reformas do século XX: 1938, com a criação do DASP; 1967, com a instituição do Decreto-Lei nº 200/1967; e a reforma de 1995, já no período democrático. Em relação à Administração Pública e seus momentos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O intuito por trás da reforma administrativa da década de 1930 era modernizar a máquina estatal, promover forte centralização das instâncias de elaboração e decisão política em um núcleo central do Estado. Segundo ideólogos e gestores da reforma, seria para evitar compromissos clientelistas das oligarquias regionais e a forte pressão dos políticos alocados no governo central.
- II. O momento da Administração Pública da década de 1960, que resultou no Decreto-Lei nº 200/1967, se baseou em cinco princípios fundamentais da reforma: planejamento; descentralização; delegação de competência; coordenação; e controle.
- III. O grande mote da reforma da década de 1990 era desconstruir a estrutura da Administração Pública Federal, que era vista como grande, ineficiente e lenta. O novo modelo de gestão pública trouxe novas ideias sobre a organização e o funcionamento da Administração Pública brasileira, repercutindo diretamente na ação do Estado.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 23

Após aprovação em processo seletivo simplificado para contratação de pessoal por tempo determinado para o CISBAF, no dia da apresentação dos documentos necessários e legalmente exigidos à área de recursos humanos da instituição, dois candidatos disseram:

Candidato A: “Estou tranquilo, pois sempre sonhei ser servidor público concursado e ter estabilidade! Agora ninguém pode me demitir!”.

Candidato B: “Acho que você está enganado! Ser concursado e trabalhar na Administração Pública impede que você seja demitido, mas nós não fizemos concurso, nós prestamos provas em processo seletivo simplificado e podemos ser dispensados, sim!”.

Considerando o diálogo dos candidatos e os conhecimentos básicos sobre Administração Pública, assinale a afirmativa correta.

- A) Os candidatos “A” e “B” estão completamente equivocados em suas afirmativas.
- B) O candidato “A” está correto ao afirmar que a aprovação por ele obtida lhe garante estabilidade no serviço público.
- C) O candidato “A” está completamente equivocado. Por sua vez, o candidato “B” também se equivoca ao afirmar que servidor público concursado não pode ser demitido.
- D) O candidato “B” está completamente equivocado. Por sua vez, o candidato “A” se equivoca apenas ao afirmar que ninguém pode demiti-lo, pois existem possibilidades legais de demissões de servidores públicos e, ao ser aprovado no processo seletivo, ele realmente se tornou servidor público.

Questão 24

Sobre a gestão pública nos seus vários aspectos, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É por meio dos órgãos públicos que a gestão pública se torna possível.
- B) Os órgãos públicos não possuem uma personalidade jurídica própria (um CNPJ).
- C) As autarquias, a exemplo do CISBAF, são órgãos públicos e, por isso, não têm CNPJ.
- D) Quem responde pelos atos dos órgãos públicos é a instância jurídica que os criou: União, Estados, Municípios ou Distrito Federal.

Questão 25

O CISBAF é uma autarquia interfederativa municipal que pertence a onze municípios da região da Baixada Fluminense, com Estatuto e Regimento Interno próprios. Dessa forma, é de extrema importância que agentes públicos que trabalham em consórcios públicos, a exemplo do CISBAF, tenham conhecimentos básicos sobre Administração Pública. A esse respeito, especificamente sobre consórcios públicos, assinale a afirmativa correta.

- A) Os objetivos dos consórcios públicos são determinados pelos entes da Federação que se consorciarem.
- B) Não podem outorgar concessão, permissão ou autorização de serviços públicos em quaisquer hipóteses.
- C) Não podem emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços.
- D) Podem ser contratados pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, por meio de devido e adequado processo licitatório, não se admitindo dispensa de licitação.

Questão 26

Indivíduos que prestam serviços em instituições voltadas para atendimento às necessidades públicas devem ter perfeita compreensão de que, sob a perspectiva da saúde coletiva, as necessidades de saúde devem ser compreendidas para além das demandas biológicas, precisam estar articuladas às necessidades sociais e, embora sejam construídas socialmente, podem ser apreendidas em sua dimensão individual. A esse respeito, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) As necessidades de os indivíduos terem autonomia implica na possibilidade de reconstrução e ressignificação dos sentidos de sua vida e de sua forma de viver, abrangendo também a luta pela satisfação de suas necessidades.
- B) Entende-se por “boas condições de vida” a satisfação de necessidades que tanto podem estar relacionadas às necessidades “fisiológicas” (alimentação, saneamento, moradia) como às necessidades mais “complexas” (segurança e afeto).
- C) A criação de vínculos afetivos e efetivos está relacionada com a formação de vínculos entre usuário/comunidade e jamais entre equipe e profissionais de saúde. Implica estabelecimento de uma relação de confiança que não é contínua no tempo; é impessoal e transferível.
- D) O acesso e a possibilidade de consumo de toda tecnologia de saúde capaz de melhorar e prolongar a vida dizem respeito à necessidade de acesso às tecnologias leves (habilidades relacionais); leve-duras (ações programáticas, práticas); e duras (equipamentos, infraestrutura), sendo que a importância hierárquica da oferta e do consumo dessas tecnologias dependerá das necessidades reais de cada usuário.



Questão 27

A fim de esclarecer as características e o regime de contratação por instituições que compõem a Administração Pública, mais precisamente no que concerne a consórcios públicos, o responsável pela área de recursos humanos de determinada instituição fez inúmeras afirmações; assinale a INCORRETA.

- A) O regime de trabalho adotado no consórcio público se submete à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- B) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes consorciados.
- C) Os consórcios públicos são pessoas jurídicas formadas, exclusivamente, por entes da Federação; por essa razão, fazem parte da Administração Pública direta e seus colaboradores se submetem ao regime estatutário.
- D) O consórcio público adquirirá personalidade jurídica de direito público, no caso de constituir associação pública, mediante a vigência das leis de ratificação do protocolo de intenções, e de direito privado, mediante o atendimento dos requisitos da legislação civil.

Questão 28

Considerando as disposições contidas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A hora do trabalho em expediente noturno não é de sessenta minutos e sim de cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- B) É assegurado a todo empregado um descanso semanal de vinte e quatro horas consecutivas, que deverá sempre coincidir com os dias de domingo, no todo ou em parte.
- C) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo para repouso ou alimentação, o qual será de, no mínimo, uma hora.
- D) Excetuados os casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior ao trabalho diurno e sua remuneração terá um acréscimo de, no mínimo, vinte por cento sobre a hora diurna.

Questão 29

A respeito do Estado brasileiro, visto como organismo político constitucional ou como organismo administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) É um Estado Unitário, haja vista a centralização do poder estatal em um único ente político interno.
- B) É um Estado Federativo, pois se verifica uma descentralização do poder em entes federativos interligados.
- C) É um Estado Confederado formado pela associação estável de Estados soberanos que, no interesse comum, põem-se sob a dependência de um governo central, conservando, porém, a sua autonomia em outros domínios.
- D) Constitucionalmente, é um organismo político federativo, mas, administrativamente, é estruturado em bases confederativas, pois os estados-membros mantêm suas soberanias, unindo-se apenas para fins específicos, a exemplo de defesa nacional e relações externas.

Questão 30

Após anos trabalhando na área de recursos humanos de determinado consórcio público, Maria tem buscado convencer a alta administração da instituição sobre a importância de se adotar uma gestão estratégica de pessoas na organização. A fim de convencer seus superiores hierárquicos, Maria pode apresentar os seguintes argumentos, EXCETO:

- A) A adoção de uma gestão estratégica de pessoas não possibilita desenvolver ou agregar talentos e competências, mas facilita o desenho organizacional com foco na atividade, no operacional, nos meios e no controle.
- B) A gestão estratégica de pessoas está intimamente ligada à estratégia da organização ou do negócio. As pessoas não apenas influenciam a estratégia da organização, como também são as responsáveis por sua implementação.
- C) Por ser um processo sistemático e contínuo de avaliação das necessidades futuras de recursos humanos, no tocante ao quantitativo, composição e perfil, é possível definir estratégias e ações necessárias para viabilizar o alcance de tais necessidades.
- D) É importante porque, a partir do planejamento estratégico, será possível determinar o componente humano da organização. Não se trata apenas de definir quantas pessoas são necessárias para a organização alcançar seus objetivos, mas qual o perfil dessas pessoas e como podem ser integradas à organização.



ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva tem caráter eliminatório e classificatório; sendo constituída de uma dissertação, versando sobre tema de conhecimento geral, que será avaliada na escala de zero a trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de vinte linhas e máxima de trinta linhas. O texto do candidato deverá atender ao número mínimo de linhas estipuladas, sob pena de desclassificação para o texto com número de linhas abaixo do limite mínimo exigido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	Pontos descontados por erro	Total de Pontos
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)	0,25 ponto	6,0 pontos
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe)	0,25 ponto	6,0 pontos
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade)	0,25 ponto	4,0 pontos
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto)	0,5 ponto	7,0 pontos
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado)	0,5 ponto	7,0 pontos
TOTAL	–	30 pontos

Texto I

“Não serei a última”, diz Célia Xakriabá, primeira mulher indígena doutora pela UFMG

Deputada federal por Minas Gerais trata de saberes ancestrais em tese de doutorado

Pela primeira vez na história, uma mulher indígena se tornou doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A deputada federal Célia Xakriabá (PSOL) defendeu a tese “Ancestraliterra – Sabedoria indígena na política e na universidade”, que propõe uma integração entre os saberes tradicionais dos povos indígenas e o conhecimento acadêmico.

O trabalho de Célia, apresentado no departamento de antropologia da instituição, valoriza o conhecimento ancestral, a partir de uma visão de território que transcende a geografia, com o conceito de que “o corpo é território e o território é corpo”. Além disso, a deputada apresenta a ideia de “mulheres-semente”, que são as pioneiras na produção de conhecimento, como as benzedoras e as parteiras.

O trabalho da mais recente doutora valoriza os saberes tradicionais e científico, mostrando que as duas formas de conhecimento não são antagônicas e podem caminhar juntas. Para isso, ela usa a academia para defender o território e a cultura indígenas, a partir de um olhar de pertencimento, e não apenas de observação.

Como não poderia deixar de ser, a política também está presente no trabalho da parlamentar, que destaca suas origens no Cerrado, onde o pequi, fruto considerado o “ouro do Cerrado”, simboliza o respeito e o cuidado com a natureza, em contraste com a exploração predatória dos recursos naturais. Ela perpassa a sua luta dentro do território e por acesso a espaços representativos, como a universidade e a política partidária.

Célia ainda destaca a importância da sua produção acadêmica e de sua presença no espaço de produção de conhecimento científico como a inauguração de um novo possível para os povos indígenas. “Eu sou a primeira, mas não serei a última”, enfatiza.

(Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: junho de 2025. Adaptado.)



Texto II

Uma literatura nossa para falarmos de nós

A Bienal Internacional do Livro do Ceará, ao longo de 15 edições, vem se consolidando como um dos mais importantes eventos culturais do gênero no país e já tem lugar na agenda literária estadual e nacional.

Com o tema “Das fogueiras ao fogo das palavras: mulheres, resistência e literatura”, a bienal, realizada em Fortaleza, de 4 a 13 de abril, trouxe uma linda programação com palestras, oficinas, lançamentos de livros, contações de histórias, apresentações artísticas e outras ações do campo literário.

Neste ano, o evento reforça o papel da cultura e da ancestralidade na literatura. Essa mesma literatura, que nos permite voar em nossa imaginação e conhecer outros mundos, tem papel fundamental em nossa educação e na construção do imaginário coletivo da sociedade e na recontagem de nossas próprias histórias.

O tema “Das fogueiras ao fogo das palavras” me leva de volta às histórias sobre meu povo, sobre os espíritos da floresta, sobre a forma como entendemos a criação do mundo e nossa relação com ele. Lembro essas histórias contadas pelo meu avô quando eu, meus irmãos e meus primos éramos crianças. Me faz pensar nas várias noites em que eu e meus irmãos insistíamos com nossa mãe por mais uma história antes de dormir. Sem mais histórias para contar, ela criava outras, sobre os bichos e a floresta, para nos ninar.

“O fogo das palavras” me lembra que palavras têm poder. Que são como flechas que denunciam uma realidade ainda invisibilizada e transmitem uma cultura de imensa riqueza, como nos mostram os grandes discursos dos líderes e escritores indígenas.

Quando discurssei na COP26, em Glasgow, pude denunciar ao mundo a violência vivenciada por nós naquele momento e lembrar que nossos modos de vida têm a chave para superar a crise do clima. Por isso devemos estar nas mesas de decisões. Desde que comecei a escrever aqui na Folha, busco trazer questões pertinentes à vida dos povos indígenas e de toda a sociedade através do olhar de uma jovem mulher indígena. Faço isso em uma imprensa tradicional, na qual apenas 0,2% dos profissionais se identificam como indígenas. Hoje, Ailton Krenak e eu somos os colunistas indígenas aqui desta Folha. Contamos nossas histórias em defesa dos povos e da floresta.

É necessário dar voz aos pensadores e escritores indígenas para que transmitam o verdadeiro pensamento dos povos originários, não os estereótipos criados sobre nós pelo colonizador. É empoderador e nos dá orgulho sermos os protagonistas de nossas próprias histórias, mostrando nossas origens e quem somos. Que possamos ler cada vez mais escritores indígenas e negros para conhecer e valorizar as nossas raízes. E entender que podemos escrever sobre o que quisermos e criar novas belas histórias, assim como minha mãe fazia.

(Txai Suruí para a Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/txai-suruí/>. Acesso em: junho de 2025. Adaptado.)

Texto III

Troca de saberes com Ehuana Yanomami e Geni Núñez em SP

Lideranças indígenas realizam diálogo sobre cuidados, cura e território no Espaço Floresta no Centro, do ISA

Encerrando o mês de abril – marcado pela luta dos povos indígenas, o Espaço Floresta, no Centro do Instituto Socioambiental (ISA), recebe, no dia 24 de abril, um encontro potente entre mulheres que são referência na valorização dos conhecimentos de seus povos: Ehuana Yanomami e Geni Núñez. A conversa contará com a mediação e tradução de Ana Maria Machado, antropóloga e indigenista que atua em defesa do povo *Yanomami* há mais de 10 anos.

Ehuana Yanomami é professora, artista, escritora e liderança feminina do povo *Yanomami*. Co-autora do livro “*Yipimuwi thëã oni – Palavras escritas sobre menstruação*”, de 2017, ela compartilha sua trajetória, saberes e formas de organização das mulheres *yanomami* em um contexto de resistência frente às ameaças constantes do garimpo ilegal em seu território.

Os trabalhos artísticos de Ehuana Yanomami já percorreram museus em diversas partes do mundo, com exposições na China, EUA, França, Espanha e outros países. Seu talento foi revelado ainda jovem, quando seus primeiros desenhos foram publicados no livro “*Hwërimamotima thë pë ã oni: Manual dos remédios tradicionais Yanomami*”, lançado em 2015, que reúne os saberes ancestrais sobre plantas medicinais de seu povo.

Geni Núñez é psicóloga, escritora, pesquisadora e ativista guarani, autora do livro “*Descolonizando afetos: Experimentações sobre outras formas de amar*” e “*Felizes por enquanto: escritos sobre outros mundos possíveis*”. Geni traz reflexões sobre como podemos construir relações que rompem com as lógicas coloniais, abrindo caminhos para a escuta, o cuidado e o reconhecimento entre mundos.

Mais que uma conversa, o evento propõe oferecer ao público uma troca de vivências entre mulheres indígenas que habitam diferentes territórios, mas que compartilham lutas comuns. Uma oportunidade rara de se aproximar das formas de vida, cura, resistência e amor cultivadas pelos povos indígenas.

(Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/>. Acesso em: junho de 2025. Adaptado.)



Em um dos textos que escreveu em sua coluna na Folha de São Paulo, Txai Suruí (Coordenadora da Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé, ativista e líder indígena) afirmou que “manter a floresta viva não é apenas plantar árvores, mas manter o povo que protege a floresta vivo”. Nesse sentido, e, a partir dos textos motivadores, redija uma dissertação acerca do tema:

“Para além das florestas: formas de preservar a cultura dos povos originários.”



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a aplicação, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. A aplicação das provas terá duração de três horas para todos os cargos. Esse período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e o preenchimento da Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
5. O caderno de provas é composto por trinta questões.
6. As questões da prova objetiva são do tipo múltipla escolha, com quatro opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva), devidamente assinados nos locais indicados.
7. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de noventa minutos do início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas. O candidato somente poderá se retirar levando o caderno de provas no decurso dos últimos trinta minutos previstos para o término da aplicação.
11. Os três últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum candidato insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos outros dois candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 9h da segunda-feira subsequente à realização das provas.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas deverá fazê-lo apenas em requerimento próprio, disponibilizado no *link* correlato ao Processo Seletivo, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos deverá ser feita apenas no prazo recursal, conforme informações contidas no edital do certame.